



# A TRANSIÇÃO ALIMENTAR

## NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

REDE METROPOLITANA DE PARQUES AGROALIMENTARES

**Shift** Ambiente  
Território  
e Sociedade  
GRUPO DE INVESTIGAÇÃO  
ICS-LISBOA

**foodhub**  
ICS-LISBOA

**U LISBOA** | UNIVERSIDADE DE LISBOA

**ICS**  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
UIDB/50013/2020  
UIDP/50013/2020

# A TRANSIÇÃO ALIMENTAR

NA ÁREA METROPOLITANA  
DE LISBOA

REDE METROPOLITANA  
DE PARQUES AGROALIMENTARES



## FICHA TÉCNICA

Coordenação: Rosário Oliveira

Texto: Rosário Oliveira e Mónica Truninger

Créditos fotográficos: Entidades fundadoras da RMPA

Design gráfico: Bárbara Barbedo

Núcleo de Coordenação da RMPA:

**Instituto de Ciências Sociais-Universidade de Lisboa**

Rosário Oliveira, Mónica Truninger, João Mourato

**Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo**

Carlos Pina, Alexandra Almeida, Linda Pereira, Lara Marques

**Área Metropolitana de Lisboa**

Filipe Ferreira, João Lopes, Alexandra Castro

Contacto: Rosário Oliveira | ICS Food Hub | rosario.oliveira@ics.ulisboa.pt

**Entidades Fundadoras:** ICS-ULisboa, CCDRLVT, AML, DGT, DGADR, DRAPLVT, MARL/SIMAB,

ISA, INIAV, CM Almada, CM Cascais, CM Mafra, CM Palmela, CM Sesimbra, CM Setúbal, CM

Sintra, Adrepes, A2S, Evoluir Oeiras Associação, Cooperativa Rizoma

ISBN: 978-972-671-689-1

Janeiro 2022

Citação: Oliveira, R., Truninguer, M., 2022. A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.

Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/50013/2020 e UIDP/50013/2020.

## NOTA DE ABERTURA DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO DGT



O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), aprovado pela Lei nº 99/2019 de 5 de setembro, identifica desafios territoriais e estabelece um conjunto de orientações e de medidas de política que visam o desenvolvimento e a coesão territorial, apontando o capital natural como um elemento diferenciador e valorizador dos territórios, que deve ser mais reconhecido, mais apropriado pela sociedade e mais aproveitado nas cadeias de produção de riqueza e na promoção do bem-estar.

Os desafios e as apostas inscritas no PNPOT interpelam-nos a encontrar respostas de base territorial e, ao nível local e regional, a construir projetos potenciadores do aproveitamento e do incremento do capital natural - solo, água e biodiversidade – promovendo usos e ocupações do solo sustentáveis e mecanismos de governança e de gestão territorial centrados na valorização dos recursos naturais. Pretende-se a criação de riqueza, utilizando os recursos sem depreciação e com incremento de serviços de ecossistemas, a construção de cadeias de circularidade, associando territórios de produção, transformação e consumo, explorando a proximidade e a redução de perdas materiais e de consumos de energia, bem como a formação de fatores de resiliência socioecológica, procurando a mitigação e adaptação às alterações climáticas e a promoção da alimentação saudável e segura.

A proposta de Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, desenvolvida no âmbito do Projeto H2020 ROBUST - Rural-Urban Outlooks: Unlocking Synergies – visa a agricultura em contexto urbano e metropolitano, através do reconhecimento do potencial intrínseco das áreas intersticiais e complementares e de ligação e conectividade ecológica, da criação de lógicas de articulação e integração rural-urbana e da construção de processos de envolvimento e gestão inovadores, contribuindo para o estabelecimento de novas parcerias e relacionamentos e para a exploração de modelos funcionais territoriais sustentáveis, criativos e dinâmicos, dando corpo à visão do PNPOT.

O processo colaborativo iniciado, com o envolvimento de agentes de política pública, da academia, das empresas e das comunidades escolares e sociais locais, promove a literacia e o conhecimento sobre diversos domínios fundamentais para o progresso e bem-estar, incluindo os do ordenamento do território e da gestão da paisagem, estimulando alterações positivas na forma como olhamos os recursos e nos relacionamos com o território e com a cultura territorial.

Fernanda do Carmo  
*Diretora-Geral do Território*

NOTA DE ABERTURA  
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO  
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DE LISBOA E VALE DO TEJO  
CCDRLVT



A Área Metropolitana de Lisboa, paradoxalmente, constitui a principal concentração urbana de Portugal e, ao mesmo tempo, possui uma forte disponibilidade de espaços com uso agroflorestal (69% em áreas florestal, agrícola, de matos, agroflorestais, de pastagens) onde os espaços agrícolas se destacam (27%), de acordo com a Carta de Ocupação do Solo (COS, 2018). Um desafio de autonomia e segurança alimentar, dado que para abastecer 2,8 milhões de residentes (27% da população nacional) importamos 54% dos alimentos consumidos de fora do país, e 31% das restantes regiões nacionais (dados 2018). Uma oportunidade de circuitos mais curtos, maior proximidade produtor-consumidor, tendência desencadeada pela Pandemia, muito favoráveis às metas do combate ao desperdício, da economia circular, da redução da pegada de carbono, e da alimentação saudável.

A Estratégia de Especialização Inteligente, que visa a aceleração económica, concretizou na sua última revisão, em 2020, um alargamento, com a inclusão dos domínios Agroalimentar, Transição Económica e Ensino Superior, uma combinação virtuosa para desencadear apoios a abordagens inovadoras, em parceria, nos sistemas alimentares. Uma aposta reforçada na Estratégia Regional 2030, no Domínio Sustentabilidade Ambiental e Alimentar com a Mitigação de Riscos Naturais, com linhas de intervenção para responder a este desafio, com oportunidade.

Nesse alinhamento, do trabalho de cooperação, intenso, alargado, no âmbito do Projeto H2020 ROBUST (Rural-Urban Outlooks: Unlocking Synergies) surgiu a criação da Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, um passo para a concretização do objetivo de assegurar, em 2030, 15% do aprovisionamento alimentar da AML, baseado em modos de produção sustentáveis, redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade que cumpram com os critérios de inclusão e segurança alimentar. Uma frente de valorização do território e dos seus recursos que tem, sabemos, fortes benefícios para a coesão das comunidades, para a sociabilização dos espaços, numa lógica de reencontro do Homem com a Natureza.

Teresa Almeida  
*Presidente da CCDRLVT*

## NOTA DE ABERTURA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA AML



A Área Metropolitana de Lisboa teve a oportunidade de participar nos últimos dois anos no Projeto ROBUST (Rural-Urban Outlooks: Unlocking Synergies) em que, conjuntamente com um leque alargado de atores territoriais, se puderam trabalhar questões centrais para o desenvolvimento da nossa região. Importa salientar a existência de um conjunto de tipologias que se interconectam entre si e com o território e que nos parecem críticas para uma estruturação territorial intrametropolitana, a saber: Novos modelos de negócio e mercados de trabalho, Sistemas alimentares sustentáveis e Serviços de ecossistemas.

Estas problemáticas tiveram expressão na arquitetura temática da Estratégia Regional Lisboa AML 2030, desenvolvida em conjunto pela AML e pela CCDRLVT, em particular no Domínio Sustentabilidade Ambiental e Alimentar com a Mitigação de Riscos Naturais, não podendo deixar de estar refletida no próximo Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT). Importa agora mobilizar todos os atores territoriais para que, em conjunto, possamos desenvolver ações, projetos e investimentos que operacionalizem a Estratégia da região e sejam um instrumento do desenvolvimento económico e social, gerando empregos, criando riqueza e apostando num horizonte coletivo mais sustentável.

A criação da Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares, à qual a AML se associou, é assim uma ação natural com vista a uma densificação dos projetos já iniciados no âmbito do Projeto ROBUST e marca de forma indelével uma vontade dos atores da região em trabalharem em conjunto, valorizando-se assim a capacidade institucional de se valorizar os nossos territórios e o seu capital humano e natural.

A Área Metropolitana de Lisboa abraça assim este desafio de, em conjunto, respondermos a desafios sociais absolutamente críticos para o nosso desenvolvimento regional e lançar assim as bases de uma dinâmica que abranja as autarquias, a academia, os atores privados e todos aqueles que connosco queiram colaborar. Em suma, uma Região para Todos.

Carla Tavares

*Presidente do Conselho Metropolitano de Lisboa*

NOTA DE ABERTURA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA  
ICS-ULISBOA



**Ideias, imperativos e projetos: da transição alimentar à formação de uma rede metropolitana de parques agroalimentares na AML**

O abastecimento alimentar das cidades, sobretudo das que têm maior dimensão, envolve processos complexos pela quantidade e diversidade de produtos diariamente transportados e pela natureza perecível de muitos deles. Isso explica que, até recentemente, o aprovisionamento de bens alimentares nas aglomerações urbanas tenha sido encarado sobretudo como um problema de logística de distribuição: fazer chegar os alimentos em boas condições e em tempo útil aos consumidores.

É verdade que nas últimas décadas a questão do abastecimento urbano tem vindo a incluir novas dimensões, como os circuitos curtos de comercialização e as relações diretas entre produtores e consumidores, e a associar-se a novos objetivos, como a sustentabilidade ambiental ou a alimentação saudável. Mas o conceito de sistema alimentar proposto nesta publicação é bem mais amplo, exigente e inteligente.

Mais amplo, porque olha de forma integrada para a totalidade dos sistemas alimentares, isto é, da produção à transformação, distribuição, consumo e desperdício alimentar. Mais exigente, porque associa a existência de sistemas alimentares a múltiplos objetivos, da conservação do capital natural (solo, água, biodiversidade) à qualidade paisagística, da adaptação às alterações climáticas à descarbonização da economia, da segurança alimentar ao desenvolvimento local, para dar apenas alguns exemplos. E também mais inteligente, porque o conceito de sistema alimentar vem

acompanhado pela indicação de estratégias, instrumentos, escalas de atuação e formas de governança suscetíveis de acautelar uma operacionalização bem-sucedida e duradoura.

É perante este contexto ambicioso que o conceito de estratégias de planeamento alimentar urbano e a figura de rede metropolitana de parques agroalimentares ganham a merecida centralidade analítica e propositiva numa publicação sobre transição alimentar na AML, que considero exemplar pela oportunidade do tema desenvolvido, pela diversidade de entidades e contributos que mobilizou e pelo caráter inovador, simultaneamente ousado e pragmático, das recomendações apresentadas.

Tem sentido propor uma rede de parques agroalimentares para a área metropolitana de Lisboa? Os debates ocorridos durante um ciclo de três webinars, os exemplos inspiradores de cidades de outros países e as expectativas demonstradas pelos atores com intervenção no terreno indicam que sim. Mas essa seria uma conclusão pobre, e até injusta, em relação à qualidade do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados ao longo de um percurso partilhado por cerca de duas dezenas de entidades, da administração central, regional e local, da academia e da sociedade civil.

Esta publicação vale pelo seu conteúdo, mas também pelo que ela representa: o produto final de um processo de incubação coletiva de uma visão inovadora e de um projeto estruturante para a área metropolitana de Lisboa. Será possível desperdiçar este esforço,

ignorar esta convergência, recusar este apelo?

O período pandémico que vivemos desde março de 2020 deu mais visibilidade e força à necessidade de olharmos para as grandes cidades com uma perspetiva de futuro. Visionários persistentes de gerações anteriores impuseram múltiplos espaços verdes, pequenos e grandes “monsantos”, nos vários municípios da região de Lisboa. Concretizar uma rede metropolitana de parques agroalimentares é uma forma de honrar esses pioneiros, aproximando-nos deles em lucidez, ousadia e capacidade de realizar no presente o que o futuro nos exige.

João Ferrão

*Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa*

## ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	16-17
2	TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML	18-19
2.1	PORQUÊ FAZER A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?	20-21
2.2	COMO FAZER A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?	22-24
2.3	QUEM FAZ A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?	25-29
3	SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DO CICLO DE <i>WEBINARES</i>	31-51
4	ENTIDADES FUNDADORAS DA REDE METROPOLITANA DE PARQUES AGROALIMENTARES	52-53



## 1. INTRODUÇÃO

Os sistemas alimentares têm vindo a ganhar destaque na agenda política internacional como resposta ao contexto global de crise económica, climática e pandémica. Olhar para a alimentação como um sistema complexo que inclui diversas componentes, da produção ao consumo, permite, simultaneamente, pensar como beneficiar a saúde humana, ambiental e económica do planeta. A relevância deste tema motivou a Cimeira dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas, em setembro de 2021, em linha com a Estratégia do Prado ao Prato, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu para a próxima década.

A alimentação assume-se, assim, como um dos mais importantes desafios da sustentabilidade global no século XXI, em que os riscos sistémicos e a profunda instabilidade a eles associados colocam o abastecimento alimentar das cidades como um dos tópicos fundamentais em termos teóricos, práticos e políticos na articulação entre estratégias agroalimentares urbanas em todo o mundo.

Como resposta a este desafio, têm surgido acordos internacionais que apelam aos governos nacionais, regionais e locais para o estabelecimento de compromissos nas próximas décadas. Em 2015, o Pacto Alimentar Urbano de Milão congregou mais de duzentas cidades que adotaram estratégias de planeamento alimentar urbano envolvendo 450 milhões de habitantes, rumo a uma alimentação saudável, segura, sustentável e justa. Em 2020, a Declaração de Glasgow Alimentação e Clima convida os governos locais a enfrentarem a emergência climática através de políticas alimentares integradas para contrariarem a perda de biodiversidade, a fome, a subnutrição persistente e a crise crescente de saúde pública.

Tal pressupõe que possamos entender o alimentar para além do alimento, a alimentação para além do sector de produção agroindustrial e, em particular, ampliar o impacto do planeamento alimentar do nível local para escalas mais alargadas, muito com base em redes de cidades que, cada vez mais, prosseguem abordagens neste âmbito, tanto na Europa como a nível global.

Tal objetivo decorrerá das decisões tomadas a favor da transição alimentar, o que implica intervir num sistema multi-ator complexo, de base territorial, que relaciona o produtor com o consumidor de alimentos, sempre numa ótica de sustentabilidade e de valorização dos serviços dos ecossistemas. Para além da produção agrícola e pecuária, este sistema inclui a indústria agroalimentar, a distribuição, um universo muito diversificado de consumidores com distintos hábitos alimentares e estilos de vida, e a valorização dos resíduos orgânicos.

Garantir uma alimentação responsável e sustentável implica, pois, colocar a alimentação como um aspeto central do modelo de planeamento e desenvolvimento territorial. Este exercício tem sido posto à prova em diferentes contextos geográficos e a diferentes escalas. Em Portugal, apesar de se assistir ao surgimento de muitas iniciativas relacionadas com o estabelecimento de circuitos curtos alimentares, os processos que têm por base o planeamento do sistema alimentar numa perspetiva de ordenamento do território e de gestão da paisagem, dão ainda os primeiros passos.

Para responder a estes desafios, surge a Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares (RMPA), na Área Metropolitana de Lisboa (AML), por iniciativa de um conjunto de atores locais, regionais

e nacionais que, entre 2019 e 2021, se constituíram como um Grupo de Trabalho que estabeleceu o âmbito de atuação e uma visão estratégica para a próxima década. Este Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), a convite da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), enquanto coordenadora do Living-Lab do Projeto H2020 ROBUST – Rural-Urban Outlooks: Unlocking Synergies, em colaboração com o Instituto Superior Técnico.

Na Primavera de 2021, com o objetivo de alargar a discussão sobre a Transição Alimentar na AML, o ICS-ULisboa organizou um ciclo de webinários, de acordo com três temas:

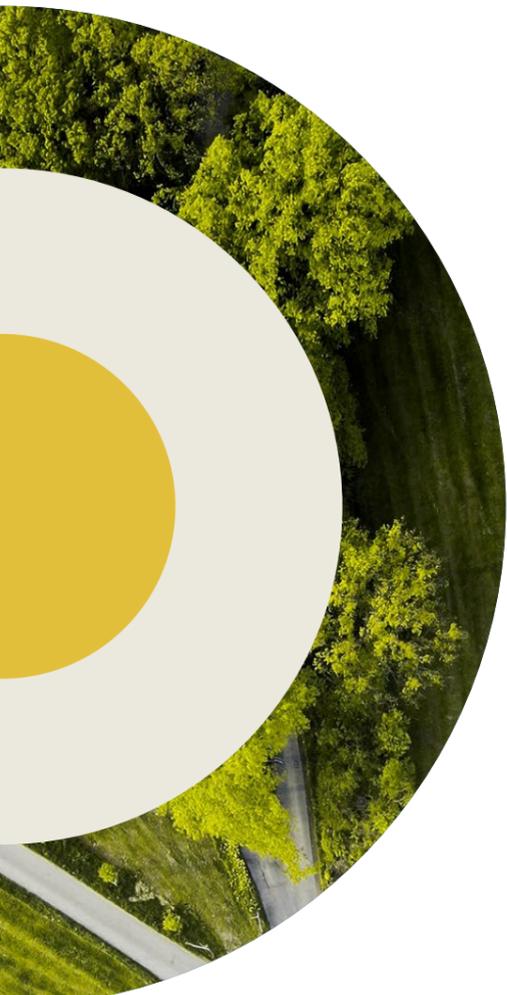
W#1 | **Os Parques Agroalimentares e o Planeamento Bioregional na Agenda Política Europeia.**

W#2 | **Os Parques Agroalimentares no Mediterrâneo: partilha de conhecimentos e experiências**

W#3 | **Fazer a Transição Alimentar Territorial na AML**

O presente E-book pretende cumprir, assim, dois objetivos:

- dar a conhecer a RMPA e o modo como as suas entidades fundadoras pretendem alavancar a transição alimentar na AML;
- partilhar a síntese dos resultados do ciclo de webinários sobre a Transição Alimentar na AML, estimulando, progressivamente, mais entidades a aderir a esta Rede para a operacionalização do planeamento alimentar à escala regional e para a cogestão do seu sistema alimentar de proximidade.



## 2. TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML

A transição alimentar pode ser entendida como o processo de mudança necessária para assegurar dietas mais saudáveis e sustentáveis, baseadas numa diversidade de alimentos, na sua maioria de origem vegetal, e num consumo mais moderado de carne e peixe. A adoção de práticas alimentares mais responsáveis pressupõe também cortes dramáticos nos resíduos envolvidos no fornecimento, distribuição e consumo alimentar.

Atualmente, cerca de 30% dos alimentos produzidos não são consumidos, ou porque não chegam aos mercados e apodrecem (a causa predominante das perdas nos países em desenvolvimento), ou porque não são consumidos e são deitados fora (a causa predominante das perdas nos países desenvolvidos). A redução das perdas e desperdícios alimentares traria benefícios substanciais na melhoria do estado de conservação do capital natural, em especial do solo, da água e da biodiversidade, com significativos ganhos em termos energéticos, de descarbonização da economia e da emissão de gases com efeito de estufa.

Esta transição reconhece os potenciais benefícios nutricionais dos diversos alimentos e sistemas alimentares de proximidade e a necessidade de reduzir globalmente as pressões impulsionadas pela procura baseada no mercado alimentar global, garantindo ao mesmo tempo a segurança alimentar em todas as suas dimensões.

Em Portugal, muitas das iniciativas que têm emergido para responder a este apelo de mudança correspondem a projetos cuja ancoragem espacial e territorial é relativamente circunscrita. A RMPA entende, assim, que para fazer esta transição é fundamental a adoção de novos modelos e comportamentos, pelo menos a três níveis:

- (i) do ordenamento e gestão do território e suas dinâmicas a partir de modelos de planeamento alimentar inovadores que organizem as diversas componentes do sistema alimentar de modo mais eficiente, assegurando o abastecimento alimentar de proximidade, com garantias para a segurança alimentar e para o ambiente, ao alcance dos consumidores da área metropolitana;
- (ii) da esfera do cidadão e da sociedade na adoção de hábitos alimentares que permitam restabelecer a ligação ao território e à paisagem através de uma maior literacia alimentar e da adoção de dietas mais saudáveis, resilientes e inclusivas.
- (iii) da esfera da economia, encorajando as empresas a promover a sustentabilidade através de modelos de negócio inovadores que valorizem as cadeias de abastecimento e o redesenhar de carteiras de produtos.



Produção hortofrutícola e venda na exploração - Quinta da Várzea, Setúbal.

## 2.1. PORQUÊ FAZER A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?

Todos entendemos que alimentarmo-nos faz parte dos procedimentos essenciais à vida, tal como respirarmos. O que não é de tão fácil entendimento é que entre o sítio onde o alimento é produzido e o chegar-nos ao prato, há uma imensa teia de interações e de atores a que chamamos sistema alimentar. Começamos por atender a três escalas onde se coloca o alimento e o seu sistema alimentar, pressupondo, por isso, diferentes abordagens.

A primeira, mais individual e corporificada, refere-se à ingestão de alimentos e a sua metabolização no estômago, como fonte de energia e bem-estar ao corpo que os ingere. Esta escala é muito cara à medicina e às ciências da nutrição que investigam as relações entre o alimento ingerido pelo organismo/corpo e as doenças subsequentes, procurando o bem-estar e a saúde humana.

A segunda escala, associada ao prato, pode compreender, por exemplo, a apropriação sociocultural dos alimentos, traduzida no gosto alimentar partilhado nos códigos identitários, gastronómicos e culinários de uma determinada região. Esta escala tem um leque disciplinar de interesse diversificado, desde as ciências sociais e humanas, como a sociologia, a antropologia, etnologia, geografia cultural e a história, até ao turismo, hotelaria, restauração e cozinha.

A terceira escala é a do território e, neste caso, o ato de nos alimentarmos tem atualmente implícito um dos mais fortes exercícios de cidadania, com evidentes impactes territoriais. É nesta escala, ou se quisermos, nesta esfera de conhecimentos, que se coloca o planeamento alimentar como o processo que define e organiza o funcionamento do sistema alimentar nas suas múltiplas dimensões: produção, transformação, distribuição, consumo e desperdício alimentar, tendo em vista a eficiência funcional e territorial do sistema, de acordo com princípios ecológicos, de circularidade e de proximidade relativamente à economia gerada. Nesta escala, a necessidade de um olhar inter e transdisciplinar é especialmente relevante, recrutando desde geógrafos, arquitetos paisagistas, designers, especialistas em planeamento do território, botânicos, biólogos, agrónomos, gestores de logística, especialistas em consumo, engenheiros e cientistas alimentares para uma visão holística da multidimensionalidade da alimentação.

Na verdade, esta abordagem pretende responder à questão fundamental de como alimentar uma cidade, uma área metropolitana ou, em última instância, de como alimentar um país, e quais as dinâmicas urbanas, periurbanas e rurais que deverão estabelecer-se com este propósito. As respostas necessárias num contexto de crise global exigem novas abordagens, nomeadamente ao nível da relocalização do sistema alimentar em articulação com outros sistemas territoriais.

É neste contexto que o planeamento alimentar deverá traduzir-se em metodologias inovadoras e criativas de ordenamento do território que permitam pôr em prática uma visão verdadeiramente integrada, através da qual se compatibilizem aptidões e usos numa abordagem ecológica, adaptada às alterações climáticas e promotora de serviços de ecossistemas, se planeiem equipamentos e infraestruturas focados na descarbonização da economia e se criem mercados que promovam o desenvolvimento local e a identidade cultural. O resultado de síntese deverá, assim, traduzir-se numa melhor qualidade da paisagem, do ambiente e do bem-estar das pessoas.

Para este efeito, o planeamento alimentar poderá ser considerado no âmbito do ordenamento e gestão do território, quando tratado no quadro dos seus respetivos instrumentos legais, como pode resultar da iniciativa de um conjunto de atores nacionais, regionais ou locais que reconheçam este tema como premente para responder aos desafios sócioecológicos da atualidade. De uma ou de outra forma, o planeamento alimentar deverá ser uma das peças da transição alimentar para a sustentabilidade, associado a programas de ação transformativos, com impacto real e positivo sobre o território, a sociedade e a economia, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 definidos pelas Nações Unidas em 2015.



Pavilhão de Produtores. Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

## 2.2. COMO FAZER A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?

Apesar de existirem múltiplas iniciativas que podem contribuir para a transição alimentar, a RMPA entendeu ser através do planeamento e dinamização de um conjunto de áreas descontínuas e de atores com múltiplos perfis que se poderia melhor responder a este desígnio, considerando como Parques Agroalimentares as estruturas operacionais para a gestão do sistema alimentar metropolitano.

O conceito de Parque Agroalimentar surgiu na Europa, na década de 70, como uma ferramenta ativa de planeamento para conter a expansão urbana desordenada e responder às necessidades agroambientais em paisagens periurbanas. Atualmente, pode integrar diferentes componentes do sistema alimentar, fornecendo serviços multifuncionais de forma inovadora.

- Resposta à necessidade de aprovisionamento alimentar de uma população urbana de acordo com a economia de proximidade;
- Fornecimento de serviços de ecossistemas;
- Valorização da paisagem periurbana;
- Promoção da conectividade ecológica;
- Inovação agroalimentar;
- Integração social;
- Criação de emprego;
- Coesão urbano-rural;
- Hub de formação e interação dos atores do sistema alimentar;
- Oferta de programas de turismo, educação e formação;
- Contribui para a saúde e bem-estar da população e dos ecossistemas (especialmente pós-COVID).

Os Parques Agroalimentares, independentemente do modelo que prossigam, podem constituir-se como estruturas de operacionalização do planeamento do sistema alimentar preconizado para uma determinada cidade ou região, como parte integrante de um território onde se encontra o capital natural e onde se geram fluxos e metabolismos que relacionam a oferta dos serviços produzidos pelos ecossistemas e a procura de diferentes tipos de produtos que satisfaçam as necessidades inerentes à alimentação de um dado efetivo populacional. Trata-se, portanto, de um sistema sócioecológico onde operam diversos atores que permitem relacionar o produtor de alimentos com o consumidor final, através de uma rede de interações que privilegiam a confiança e onde o território é entendido como espaço de negociação equilibrada e justa.

**Assim, os Parques Agroalimentares poderão constituir-se como uma rede de áreas de produção agrícola e pecuária, em estreita articulação com a localização dos centros de transformação agroalimentar, de logística e distribuição de alimentos, que os tornam acessíveis a um conjunto de consumidores, desejavelmente comprometidos com a sua aquisição. A valorização dos resíduos orgânicos e a sua reposição nas áreas de produção são as componentes que permitem fechar o ciclo do alimento, enquadrado nos princípios da economia circular. É, portanto, à escala do território que deverão ser definidas, organizadas e, eventualmente, realocizadas algumas das componentes deste sistema de modo a assegurar o seu funcionamento de acordo com princípios ecológicos, de circularidade e de proximidade relativamente à economia gerada pelo próprio sistema alimentar e pela interação com outros sistemas urbanos e rurais.**

Muitos são os conceitos que têm emergido recentemente, ou que são revisitados, para dar resposta a este trinómio entre ecologia, economia e bem estar. Este é o caso do planeamento bioregional, que defende a co-evolução dos ciclos naturais com uma cultura agroalimentar entre regiões. Não se trata, portanto, nem apenas de planear e gerir espaços produtivos em contexto urbano, como hortas ou parques hortícolas, pese embora a relevância da sua multifuncionalidade na cidade, nem de excluir o papel do mercado alimentar global no intento de assegurar todo o aprovisionamento alimentar com produção local. Trata-se, sim, de estabelecer uma estratégia de base territorial que tem como objetivo assegurar uma parte do abastecimento alimentar de uma determinada população, de acordo com princípios de sustentabilidade e resiliência, em função dos recursos disponíveis, nomeadamente o solo, a água, a biodiversidade e a energia, para além de aspetos de natureza cultural e identitária.

Se considerarmos o Sistema de Gestão Territorial, com especificidades em cada país, podemos identificar onde e como poderá o planeamento alimentar enquadrar-se, constituindo-se como um tema agregador de diversos sectores do ordenamento do território.

No âmbito municipal, o planeamento do sistema alimentar urbano pode decorrer através de iniciativas muito diversas, mas, sempre que possível, deverá ser integrado no Plano Diretor Municipal, podendo constituir-se como uma nova abordagem à classificação do solo rústico e à instalação de estruturas e equipamentos no modelo territorial, plasmado na Planta de Ordenamento e respetivo Regulamento.



Hortas comunitárias. Palmela.

Sempre que possível, as áreas de produção sustentável deverão ser integradas na Estrutura Ecológica Municipal, podendo-se configurar como parte da infraestrutura verde e azul, através da qual áreas urbanas e rurais de um município poderão estar conectadas com oportunidades de recreio e a produção de serviços de ecossistema que assegurem melhor saúde e bem-estar à população local. A este nível, os espaços de produção urbanos deverão ser parte integrante desta infraestrutura verde. É muito importante que, a par da estratégia de planeamento alimentar local, seja promovida uma alimentação adequada e responsável, investindo não só em ações de literacia alimentar associadas a uma maior consciência ecológica, cultural e cívica, como também em contextos facilitadores da prática de uma alimentação mais saudável, sustentável e inclusiva.

Por sua vez, o âmbito regional constitui-se como nível de intermediação de visões e estratégias entre o nacional e o local. O planeamento alimentar para as regiões é, assim, de crucial importância, não só para permitir a organização de iniciativas em rede, mas em especial pela capacidade de dinamização entre áreas urbanas e rurais, podendo responder à valorização do solo rústico e à consolidação de estruturas de proteção ambiental e de conectividade ecológica.

A elaboração dos Programas Regionais de Ordenamento do Território constitui-se como uma oportunidade para integrar o planeamento do sistema alimentar nos modelos territoriais e soluções inovadoras que respondam aos desafios sociais atuais, ao mesmo tempo que reforçam a coesão territorial regional e nacional. É neste contexto que a RMPA deverá ser definida e implementada.

Este planeamento deveria, assim, ser orientado para garantir uma maior segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, conservação da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas, criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, economia circular e desenvolvimento local, como resultado de uma visão estratégica bem articulada entre os diversos instrumentos de gestão territorial e outros instrumentos de política pública setorial.



Sintra Cresce Saudável: intervenção para a promoção de estilos de vida saudáveis em contexto escolar. Câmara Municipal de Sintra.

## 2.3. QUEM FAZ A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML?

Todos os atores do sistema alimentar metropolitano que queiram comprometer-se com os princípios de atuação da RMPA poderão incluí-la. Nem sempre temos a percepção do território e dinâmica socioeconómica e cultural que a AML abarca. Com uma localização extraordinária em relação ao país, ao estuário do Tejo e ao oceano Atlântico, encontram-se aqui excelentes condições para que a RMPA possa ajudar a fazer a transição alimentar, tornando o seu sistema alimentar ainda mais dinâmico, resiliente e sustentável.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) ocupa um lugar central no território continental português (Fig. 1). Com uma superfície total de 2.994 km<sup>2</sup>, a AML inclui 18 municípios e corresponde a cerca de 3,3% do território nacional; a sua população de cerca de 2,75 milhões de habitantes representa cerca de 30% da população portuguesa.

Considerando as principais características biofísicas, esta área metropolitana é bastante diversificada, com um relevo moderado dominado pela morfologia plana e zonas de baixa altitude que constituem a extensa planície das bacias sedimentares dos rios Tejo e Sado.

Na AML, em 2018 (COS, 2018), o solo com ocupação agrícola corresponde a cerca de 38%, onde se incluem as pastagens, seguindo-se as áreas florestais em aproximadamente 32% do território, o que deixa claro que a produção de alimentos e de serviços ambientais tem um significativo papel a desempenhar no sistema alimentar urbano.



Visita RMPA. Courela dos Pegos Bio, Palmela.

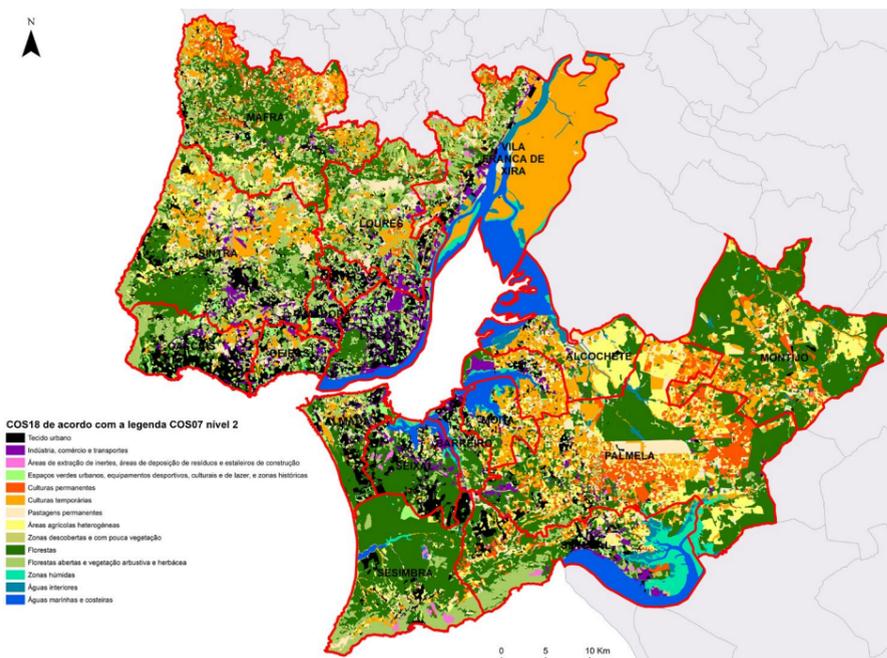
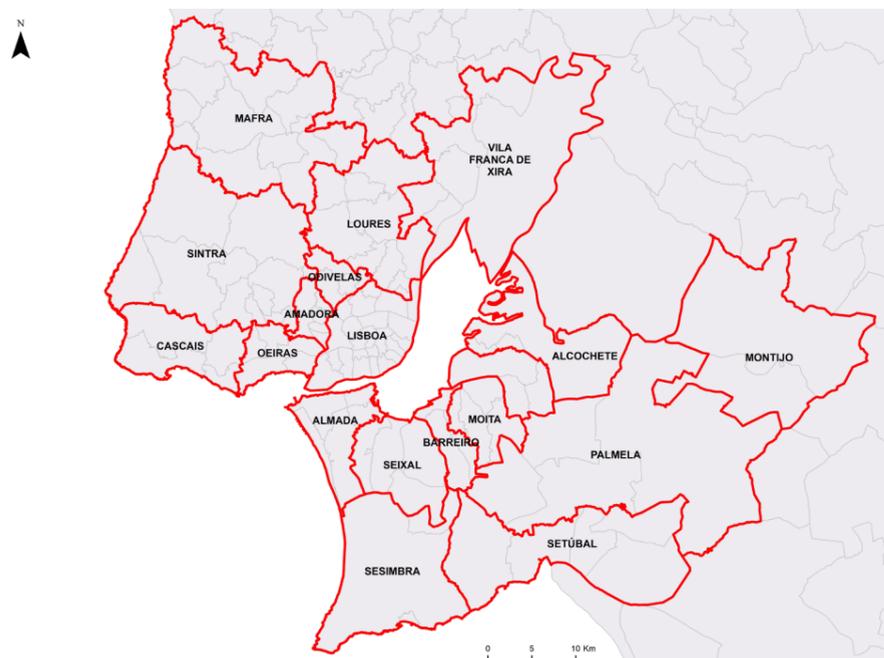


Fig. 1 – Ocupação do solo na Área Metropolitana de Lisboa em 2018.

Da AML provêm 12% do total dos alimentos produzidos em Portugal para consumo nacional, o que implica uma diversidade muito considerável de atores públicos, privados, individuais e coletivos, governamentais e não governamentais.

Contudo, este território não se encontra ainda planeado na perspetiva de um sistema alimentar sustentável e resiliente, tendo sido esse o propósito da constituição da RMPA.

Assim, a RMPA é definida como um conjunto diverso de territórios, iniciativas e atores da AML que têm como objetivo o planeamento e a gestão do seu sistema alimentar. Funcionará através de uma plataforma colaborativa de entidades públicas e privadas que prosseguem princípios de sustentabilidade relativamente ao nexus solo, água, biodiversidade e energia, com vista a uma alimentação segura, saudável, inclusiva e responsável da população metropolitana. Promove a economia circular, resiliente e de proximidade, atende à adaptação climática, cria emprego, promove a saúde e o bem-estar e respeita a equidade social. Apoia, ainda, a dieta mediterrânica, reforça a identidade cultural, ao mesmo tempo que incentiva a inovação científica e tecnológica nas diversas componentes do sistema alimentar, contribuindo para a formação, capacitação e sensibilização dos agentes ativos do sistema alimentar e empenhando-se no aumento da literacia alimentar e na transição para a digitalização.

Como visão, a RMPA, em 2030, poderá assegurar 15% do aprovisionamento alimentar da AML, baseado em modos de produção sustentáveis, redes de distribuição de baixo carbono e em circuitos alimentares de proximidade que cumpram com os critérios de inclusão e segurança alimentar. Os produtos RMPA estarão disponíveis e acessíveis para o consumo alimentar responsável de todos os cidadãos da AML e serão uma mais valia para a promoção de um turismo responsável e ético. A RMPA oferece oportunidades de recreio e de turismo gastronómico e cultural em todo o seu território, constituindo-se como uma iniciativa inovadora que contribui para a valorização sócioecológica e económica da AML e para o fortalecimento das sinergias urbano-rurais.

As entidades e os atores que aderirem à RMPA terão que contribuir para a implementação do seu roteiro de ação no decorrer da próxima década, roteiro esse que é estruturado por seis objetivos:

1. Definição de estratégia de planeamento e gestão do sistema alimentar metropolitano na articulação com o ordenamento e a gestão do território;
2. Apoio à organização de circuitos curtos para garantir o abastecimento de proximidade;
3. Criação de uma plataforma colaborativa de entidades públicas e privadas para a operacionalização da estratégia e dinamização da RMPA;
4. Criação de uma marca própria que certifica os produtos RMPA;
5. Promoção de uma campanha de comunicação para a alimentação responsável e promoção da marca RMPA;
6. Definição e implementação de um programa de formação, capacitação e educação.

## REDE METROPOLITANA DE AGROPARQUES

Uma rede socio-ecológica que coordena o sistema alimentar metropolitano a partir de uma base territorial



Fig. 2 – Esquema para a primeira fase de implementação da RMPA.

A Figura 2 apresenta um esquema preliminar para a primeira fase da implementação da RMPA. Admite-se que esta fase deverá passar por um período experimental de dois anos, cuja prioridade incidiria sobre dois pilares: a justiça social e a justiça ambiental, conforme estabelecido pelos seus membros fundadores.

No primeiro caso, seriam estabelecidos compromissos por via da contratação pública entre produtores agrícolas e escolas, hospitais ou outras instituições com fornecimento de refeições em cantinas, bem como a grupos desfavorecidos da população metropolitana. Pretende-se que a RMPA vá, pois, sendo progressivamente expandida para a população com interesse em constituir-se como consumidor comprometido com os princípios da Rede.

Relativamente à justiça ambiental, as áreas de produção piloto que se constituam como exemplos de boas práticas multifuncionais poderão vir a ser integradas nas estruturas ecológicas municipais e metropolitana.

Considera-se necessário o aprofundamento de critérios e condições para adesão e funcionamento da RMPA para que possa ser estabelecida uma carta de princípios e compromissos por parte dos seus membros.

Entende-se ainda que a formação e a capacitação dos atores metropolitanos que manifestem interesse em integrar a RMPA devem ser tidas como prioritárias.

Prevê-se que a RMPA possa funcionar através de uma plataforma digital colaborativa com valências que vão da comunicação, formação e capacitação à gestão de stocks e produtos, entre outros aspetos.

Ao longo desta primeira fase de implementação da RMPA deverá decorrer o planeamento territorial do sistema alimentar, incluindo a quantificação e espacialização dos fluxos de recursos, produtos e energia inerentes ao seu funcionamento resiliente e sustentável o que, previsivelmente, poderá decorrer da articulação da elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território com uma Estratégia de Transição Alimentar da AML.

Entretanto, deverá ser aprofundada a reflexão para a consolidação do modelo de governança subjacente ao funcionamento da rede e à angariação de financiamento que apoie a implementação do programa de ação.

### 3. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DO CICLO DE *WEBINARES*

A síntese das conclusões do ciclo de *webinars* que decorreram entre Abril e Junho de 2021, organizados pelo ICS – ULisboa, grupo de Investigação SHIFT – Ambiente, Território e Sociedade e pelo ICS Food Hub, é feita através das três ideias chave que resultaram das apresentações efetuadas pelos convidados e pela síntese proporcionada pelo comentário final em cada uma das sessões. Todas as sessões podem ser acedidas em

[www.facebook.com/icsfoodhub](https://www.facebook.com/icsfoodhub)





## WEBINAR #1

# OS PARQUES AGROALIMENTARES E O PLANEAMENTO BIORREGIONAL NA AGENDA POLÍTICA EUROPEIA

O conceito de Parque Agroalimentar surgiu na Europa nos anos 70, como uma ferramenta ativa de planeamento para responder às necessidades agroambientais em paisagens peri-urbanas, nomeadamente a expansão urbana desordenada. Atualmente faz sentido revisitar este conceito como resposta aos diversos desafios sociais previstos na agenda política europeia, para os quais o planeamento biorregional é determinante ao integrar as diferentes componentes do sistema alimentar, fornecendo serviços multifuncionais de forma inovadora.

**É este o mote do primeiro webinar que abre o debate sobre a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.**

## PROGRAMA

Abertura  
**ICS-Ulissboa | SHIFT Environment, Territory And Society Research Group | ICS Food Hub**  
José Sobral e Mónica Truninger

**Os Parques Agroalimentares no contexto do planeamento biorregional.**

David Fanfani, Universidade de Florença, Itália

**A Rede Metropolitana de Agroparques na AML.**

Rosário Oliveira, ICS-ULisboa

**O Planeamento Alimentar como estratégia para a coesão territorial.**

Carlos Pina, CCDR-LVT

**O Planeamento Alimentar como uma oportunidade de cooperação intermunicipal.**

Filipe Ferreira, AML

Debate Moderado por Paulo Silva, Câmara Municipal de Sesimbra/  
Universidade de Aveiro

**Notas Finais.**

João Mourato, ICS-ULisboa

## CONVIDADOS

**José M. Sobral**

Vice-diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, doutorado em Antropologia, Investigador Principal e responsável do ICS Food Hub.

**Mónica Truninger**

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Manchester e investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É coordenadora do GI Ambiente, Território e Sociedade e membro fundador do ICS Food Hub.

**David Fanfani**

Professor Associado de Técnica e Planificação Urbanística e coordenador do Centro de Investigação 'Urban Bioregion Design' da Universidade de Florença, Itália.

Prossegue abordagens interdisciplinares e integradas, dedicando especial atenção à dimensão local e regional do planeamento e à relação 'co-evolutiva' entre estrutura urbana, dinâmica económica e estruturas agroecossistémicas do território. Em 2020 editou 'Bioregional Planning and Design: Volume I - Perspectives on a Transitional Century; Volume II. Issues and Practices for a Bioregional Regeneration.

**Rosário Oliveira**

Arquiteta Paisagista, com doutoramento europeu em Artes e Técnicas da Paisagem, é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, GI 'Ambiente, Território e Sociedade' e responsável pelo ICS Food Hub. Procura responder aos desafios

sociais, nomeadamente a emergência climática, o planeamento alimentar e a perda de biodiversidade, através de processos transformativos e soluções de base natural que integrem a ciência, as políticas públicas e a ação, com impacto positivo no bem estar humano, na economia, na qualidade ambiental e da paisagem.

#### **Carlos Pina**

Geógrafo, Diretor de Serviços de Ordenamento do Território da CCDRLVT, desenvolve a sua atividade na área do ordenamento do território onde se destaca a participação nos processos de elaboração do PROT do Oeste e Vale do Tejo e do PNPOT (2019), neste último enquanto representante da CCDR-LVT. Representa a CCDR-LVT em vários grupos de trabalho e comissões relacionadas com o ordenamento do território. Salienta-se a sua participação em dois projectos de cooperação internacional – o DOROTHY (logística urbana) e o ROBUST (sinergias rural-urbano).

#### **Filipe Ferreira**

Mestre em Economia e Políticas Públicas, doutorando em Administração Pública. Trabalhou em vários municípios da Área Metropolitana de Lisboa nas áreas da Coesão Social, Relações Internacionais e projetos UE. Desde 2014 é Secretário Metropolitano na Área Metropolitana de Lisboa. Tem especial interesse no planeamento territorial, em oportunidades de financiamento, gestão de instrumentos territoriais comunitários, formação, desenvolvimento económico e contratação pública. Foi coordenador executivo da Estratégia Regional Lisboa 2030 e é o ponto focal da AML no consórcio ESPON METRO.

#### **Paulo Silva**

Arquiteto, mestre em geografia e doutorado em ciências aplicadas ao ambiente; docente do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e investigador do ID+\_ Design, Media e Cultura (UA) com trabalhos publicados sobre informalidade e planeamento do território - dos clandestinos ao urbanismo tático. Coordena a revisão do PDM de Sesimbra. É membro eleito da Comissão Executiva da Associação Europeia de Escolas de Planeamento (AESOP) e da comissão executiva do CAU - Colégio dos Arquitetos Urbanistas da Ordem dos Arquitetos.

#### **João Mourato**

Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Arquitecto (UTL), PhD Town Planning (Bartlett School UCL), investiga a evolução do Ordenamento do Território como política pública em Portugal. O seu trabalho centra-se no estudo da dinâmica de adaptação e aprendizagem institucional face aos desafios da transição socioecológica para a sustentabilidade. Neste contexto, é atualmente consultor da Direção Geral do Território do Ministério do Ambiente e Ação Climática.



Pavilhão de Produtores. Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

➤ **É necessário repensar escalas e reforçar o âmbito regional em termos estratégicos e de planeamento urbano-rural**

O 'regional' voltou a estar na moda como resposta ao processo de desglobalização e o debate em torno de sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes tem reforçado esta dimensão. O Planeamento Biorregional é apresentado como um conceito que reforça a relação de coevolução entre o urbano e o rural, onde a gestão da bacia alimentar local corresponde a uma base coevolucionária para uma nova cultura agroalimentar, retirando ao urbano um excesso de centralidade que tem tido nas últimas décadas.

É necessário associar a dimensão sistémica ao debate sobre a alimentação na afirmação de novas dinâmicas de cooperação urbano-rurais ou rural-urbano, conforme os casos. O conceito de bacia alimentar deverá constituir-se como a base conceptual e metodológica que estabelece a unidade de análise e enquadra tanto a ação como o pensamento regenerativo de base local. O Parque Agroalimentar de Florença, em curso desde 2014, e o Parco de Ila Piana, em Itália, foram dados como exemplos.

➤ **É necessário repensar o papel dos atores, das redes e das instituições para que novas dinâmicas institucionais alimentem processos inovadores de transição para uma sustentabilidade com efeitos práticos na qualidade de vida e do ambiente**

A ideia de rede serve a necessidade de aprendizagem coletiva sobre novas formas de habitar o território. A grande questão é como se organizam, gerem ou mantêm, uma vez que é ainda escassa esta prática institucional. Ainda que se venha, cada vez mais, a assistir à constituição de redes, a RMPA será por muito tempo um 'choque cultural', no sentido que implica uma adaptação do perfil institucional de muitos dos seus potenciais membros relativamente ao *modus operandi* atual.

As redes de base territorial, nomeadamente as ações integradas de base territorial, poderão constituir-se como experiências que privilegiam a ideia de proximidade física e social, a considerar na gestão da RMPA.

➤ **É necessário repensar os instrumentos de gestão territorial, as políticas setoriais e os mecanismos de financiamento**

Os instrumentos para a implementação de parques agroalimentares deverão ser enquadrados nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, como sistemas alimentares locais, integrando integrando todas as suas componentes de forma articulada para constar no modelo territorial a preconizar, em linha com uma estratégia alimentar local e regional.

Os instrumentos de política e de financiamento onde venha a enquadrar-se a RMPA terão de ser desenhados de modo a incorporar uma certa ajustabilidade, tendo em conta o carácter inovador da iniciativa e o facto de não estarmos habituados a gerir estes instrumentos com base em critérios de flexibilidade.

A pandemia demonstrou uma enorme ajustabilidade dos sistemas económicos e as cadeias de abastecimento alimentar de proximidade, entendendo-se essa evidência como um estímulo para fazer a transição alimentar e repensar o ordenamento do território, onde os parques agroalimentares na AML deverão alinhar com a tendência global destas estruturas no reforço da regionalização e da racionalidade socio-ecológica, enfatizada por estratégias europeias, como a 'Do Prado ao Prato', que pretende acelerar a transição para sistemas alimentares sustentáveis com um impacto positivo ou neutro sobre o ambiente, nomeadamente através de práticas agro-ecológicas. Com a mesma orientação deverá ser considerada a Estratégia Lisboa 2030, especialmente no seu domínio - Sustentabilidade Ambiental e Alimentar, e Mitigação de Riscos Naturais e as respetivas prioridades - Robustecer o sistema alimentar urbano aumentando a resiliência alimentar metropolitana, - Promover a preservação do solo e a vitalidade social e económica dos espaços rurais. Ainda a Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria para suportar a implementação da Agenda de Inovação para a Agricultura 20-30, são exemplos de instrumentos de financiamento que poderão apoiar a implementação da RMPA.



Mercado Municipal. Loures.



## WEBINAR #2

# OS PARQUES AGROALIMENTARES NO MEDITERRÂNEO: PARTILHA DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS

Os 'Parc Agrari del Baix Llobregat' e o 'Parco Agricolo Sud de Milano' são dois dos Parques Agroalimentares metropolitanos mais icónicos no contexto do mediterrâneo. Ao conhecimento e experiência de Espanha e Itália juntam-se neste webinar alguns casos nacionais, como a Tapada da Ajuda, em Lisboa, a Estação Experimental na Quinta do Marquês, em Oeiras, ou o projeto do Parque e Centro de Experimentação Agro-Ecológico da Quinta da Amizade, em Setúbal. No debate participarão também outras iniciativas que poderão integrar a Rede Metropolitana de Agroparques da Área Metropolitana de Lisboa, tornando este evento uma excelente oportunidade para participar na transição alimentar que está a acontecer.

## PROGRAMA

### Abertura

ICS-ULisboa | SHIFT Environment, Territory And Society Research Group | ICS Food Hub

Mónica Truninger e Rosário Oliveira

Moderação: Alexandra Castro, AML

### O 'Parc Agrari del Baix Llobregat', Catalunha, Espanha

Gemma Francès

### O 'Parco Agricolo Sud de Milano', Itália

Maria Pia Scarla

### A Tapada da Ajuda: passado e futuro na produção em Lisboa

Dalila Espírito Santo, ISA

### A Estação Experimental de Oeiras/Quinta do Marquês

Patricia Inácio, INIAV

### Parque e Centro de Experimentação Agro-Ecológico da Quinta da Amizade

Alexandra Marques, CM Setúbal

### Debate

### Notas Finais

Rosário Oliveira, ICS-ULisboa

## CONVIDADOS

### Mónica Truninger

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Manchester e investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É coordenadora do GI Ambiente, Território e Sociedade e membro fundador do ICS Food Hub.

### Rosário Oliveira

Arquiteta Paisagista, com doutoramento europeu em Artes e Técnicas da Paisagem, é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, GI 'Ambiente, Território e Sociedade' e corresponsável pelo ICS Food Hub. Procura responder aos desafios sociais, nomeadamente a emergência climática, o planeamento alimentar e a perda de biodiversidade, através de processos transformativos e soluções de base natural que integrem a ciência, as políticas públicas e a ação, com impacto positivo no bem estar humano, na economia, na qualidade ambiental e da paisagem.

### Alexandra Castro

Arquiteta Paisagista, com formação avançada em alterações climáticas e políticas de desenvolvimento sustentável. Integra a Divisão de Ordenamento, Território, Ambiente e Urbanismo da Área Metropolitana de Lisboa onde identifica, analisa e divulga oportunidades de financiamento de interesse municipal e metropolitano. Participa na operacionalização da Estratégia Regional de Lisboa . AML 2030, e colabora na execução de projetos metropolitanos no âmbito da adaptação urbana às alterações climáticas , gestão de riscos urbanos, infraestruturas verdes e azuis, serviços de ecossistemas e relação urbano-rural.

### **Gemma Francès**

Economista, Doutorada em Economia, Professora da Universidade Autónoma de Barcelona, Coordenadora da Seção de Estudos Rurais do Instituto de Estudos Agrários. Colaborou com a Diputació de Barcelona em gestão de qualidade e desde 2015 desempenha funções no Parque Agrário do Baix Llobregat, sendo a sua Diretora desde 2019. Participa em diversos projetos europeus e nacionais na área do desenvolvimento rural, políticas alimentares, estratégias de diversificação agrária e multifuncionalidade.

### **Maria Pia Scarla**

Bióloga, Doutorada em Ciências do Ambiente. É diretora da gestão ambiental do Parco Agrícola Sur de Milano, em articulação com a agricultura periurbana, nomeadamente no apoio aos agricultores na organização de mercados de proximidade, vendas diretas e cadeias curtas ou a criação de marcas associadas ao desenvolvimento sustentável. Participou na construção da Agenda para a Sustentabilidade da Área Metropolitana de Milão e integra a equipa de coordenação do projeto ForsetMi para o desenvolvimento da agrofloresta no território metropolitano.

### **Dalila Espírito Santo**

Investigadora Coordenadora do Instituto Superior de Agronomia, desde 2003. Faz parte do Conselho Científico da World Flora Online e da Associação Internacional de Jardins Botânicos. É membro consultor do Colégio F3 - Farming, Food and Forest e membro do colégio Tropical - CTROP, da Universidade de Lisboa. Foi Diretora do Jardim Botânico da Ajuda e Coordenadora dos Espaços Verdes da Tapada da Ajuda.

### **Patrícia Inácio**

Vogal do Conselho Diretivo do INIAV, é Licenciada em Medicina Veterinária e Mestre em Saúde Pública Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa. Frequenta o Programa de Doutoramento em Ciências da Sustentabilidade da Universidade de Lisboa.

### **Alexandra Marques**

Arquiteta urbanista, licenciada em Arquitetura de Gestão Urbanística pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Desempenha funções no Departamento de Urbanismo, Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Setúbal, maioritariamente na elaboração e acompanhamento de planos municipais de ordenamento do território, estudos urbanísticos e loteamentos municipais.



Área de produção. Loures.

➤ **A constituição de parques agroalimentares beneficia da reciclagem de conceitos e de práticas de casos com longa experiência, num intercâmbio enriquecedor de aprendizagem transnacional**

Os exemplos de parques agroalimentares, como o Parc Agrari del Baix Llobregat, em Barcelona, ou o Parco Agricolo Sud de Milano, reúnem experiências muito diversas, algumas com décadas, outras em fase de implementação, de onde se conclui que é muito relevante a troca de conhecimento e de experiências como base para a reciclagem de conceitos e de práticas de aprendizagem, sobretudo em contexto mediterrânico.

➤ **A RMPA assume o seu próprio conceito face aos exemplos apresentados, mas deles retira lições de boas práticas, em especial nos casos internacionais.**

Parc Agrari del Baix Llobregat (3500 ha), como instrumento para preservar, desenvolver e gerir a agricultura metropolitana e promover os sistemas agrícolas locais na área metropolitana de Barcelona, onde a densidade populacional é particularmente elevada e o território está sujeito a uma enorme pressão urbana. Pretende-se criar emprego, motivar os intervenientes para uma atuação colaborativa e fornecer produtos de proximidade a mercados e restaurantes da cidade de Barcelona, nomeadamente em iniciativas de turismo gastronómico em que os restaurantes aderentes criam uma oferta de menus preparados com produtos de proximidade.

Parco Agricolo Sud de Milano (47000 ha), que tem na sua base um vasto património agrícola, histórico, construído e paisagístico, como uma experiência de agricultura periurbana que pretende proteger e recuperar a conectividade entre a cidade e o campo, procurando assegurar o equilíbrio ecológico da área metropolitana de Milão e dinamizar as atividades do setor agro-florestal. O Parque oferece ainda um amplo programa de atividades recreativas à população metropolitana. Pretende criar uma relação de confiança na partilha de projetos em rede e obter resultados a favor da economia agrícola. Os produtores afirmam-se com a marca de 'Produtor de qualidade ambiental' e a área metropolitana como uma 'metrópole agro-alimentar'.

➤ **A RMPA deverá integrar conceitos fundacionais emergentes que permitirão fazer a transição alimentar rumo a uma sustentabilidade efetiva**

São dados exemplos de conceitos como urbanismo agro-ecológico, bio planeamento, abordagens transetoriais para o planeamento alimentar, biopolíticas para cidades biofílicas, democracia alimentar, redes translocais que permitam o escalonamento de projetos de pequena dimensão a terem efeito sobre áreas mais abrangentes, investigação participativa, investigação-ação, oportunidade de partilha integrada conjugada com a coesão territorial e social, nova geografia de atores que se reforcem e complementem para fazerem a transição acontecer.



Projeto PROVE. Palmela.





## WEBINAR #3

# FAZER A TRANSIÇÃO ALIMENTAR TERRITORIAL NA AML

A Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares, prevista para setembro 2021, comprova a dimensão estratégica global dedicada a esta temática. Soluções de tecnologia digital, robótica e biologia sintética contrastam com sistemas alimentares de proximidade como resposta a uma alimentação saudável, sustentável e justa. Uma coisa é certa, a alimentação no futuro será diferente e dependerá das opções e decisões que tomarmos no presente. Todas as cidades e regiões deverão, assim, planear os seus sistemas alimentares de modo a fazerem uma Transição Alimentar consonante com a visão de cidade do futuro que preconizam.

Este é o tema do último webinar deste ciclo, onde se pretende discutir como poderá uma Rede Metropolitana de Agroparques alavancar a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, partindo de projetos em curso, que vão do âmbito europeu ao local. Será dedicada uma especial atenção aos aspetos da governança para uma transição alimentar de base territorial. Um comentário final sobre o ciclo de webinares estará a cargo de João Ferrão com encerramento pela Diretora-Geral do Território, Fernanda do Carmo.

## PROGRAMA

### Abertura

ICS – ULisboa | SHIFT Environment, Territory And Society Research Group | ICS Food Hub

Mónica Truninger e Rosário Oliveira

Moderação: Alexandra Almeida, CCDR-LVT

### FOOD SHIFT 2030, a alimentação do futuro.

Dirk Washer, SUSMETRO

### Governança e transição alimentar de base territorial.

João Mourato, ICS-Ulisboa

### O empreendedorismo alimentar a nível local. O caso de Cascais.

Sara Dias, CM Cascais

### O sistema alimentar circular. Desafios em Lisboa.

Victor Vieira, CM Lisboa

### Debate

### Comentário final do ciclo de webinares

### Transição Alimentar na AML

João Ferrão, ICS-ULisboa

### Encerramento

Fernanda do Carmo, Diretora-Geral do Território, DGT

## CONVIDADOS

### Mónica Truninger

Doutorada em Sociologia pela Universidade de Manchester e investigadora auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É coordenadora do GI Ambiente, Território e Sociedade e membro fundador do ICS Food Hub.

### Rosário Oliveira

Arquiteta Paisagista, com doutoramento europeu em Artes e Técnicas da Paisagem, é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, GI 'Ambiente, Território e Sociedade' e corresponsável pelo ICS Food Hub. Procura responder aos desafios sociais, nomeadamente a emergência climática, o planeamento alimentar e a perda de biodiversidade, através de processos transformativos e soluções de base natural que integrem a ciência, as políticas públicas e a ação, com impacto positivo no bem-estar humano, na economia, na qualidade ambiental e da paisagem.

### Alexandra Almeida

Geógrafa, técnica superior da Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional da CCDRLVT, desenvolve a sua atividade nas áreas da cooperação internacional e planeamento estratégico. A nível da cooperação internacional destaca para a longa experiência em projetos de cooperação internacional, incluindo funções de coordenação. É representante da CCDRLVT em vários programas e redes internacionais. Na área do planeamento estratégico destaca para a participação nos processos de elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Regional da AML (períodos 2014-2020 e 2021-2030) e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente da AML (períodos 2014-2020 e 2021-2030).

#### **Dirk Wascher**

Arquiteto Paisagista e diretor executivo da empresa de consultoria científica SUSMETRO - Sustainable Design for Metropolitan Landscapes ([www.susmetro.eu](http://www.susmetro.eu)) localizada em Tilburg, Holanda. Foi membro da Task Force da Agência Europeia do Ambiente, em Bruxelas, coordenador de programas no Centro Europeu para a Conservação da Natureza e Investigador Sénior em Wageningen UR, coordenando projetos internacionais sobre inovação na cadeia de valor no sector agro-alimentar, nomeadamente como Gestor de Inovação do projeto Horizon2020 'FoodSHIFT2030' ([www.foodshift2030.eu](http://www.foodshift2030.eu)) onde lidera a componente da aceleração de novas soluções para um sistema alimentar orientado para o cidadão.

#### **João Mourato**

Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Arquitecto (UTL), PhD Town Planning (Bartlett School UCL), investiga a evolução do Ordenamento do Território como política pública em Portugal. O seu trabalho centra-se no estudo da dinâmica de adaptação e aprendizagem institucional face aos desafios da transição socioecológica para a sustentabilidade. Neste contexto, é atualmente consultor da Direção Geral do Território do Ministério do Ambiente e Ação Climática.

#### **Sara Dias**

Engenharia do Ambiente, com formação avançada em gestão, ambiente e direito do ordenamento do território urbanismo e economia circular. Desde 2007 é técnica da Câmara Municipal de Cascais onde coordena a Divisão de Avaliação e Monitorização Ambiental e do Território.

#### **Victor Vieira**

Engenheiro do Ambiente atualmente a trabalhar em vários projetos relacionados com a Sustentabilidade e Economia Circular na Câmara Municipal de Lisboa e na Agência de Energia e Ambiente de Lisboa: Lisboa E-nova. Foi responsável durante vários anos pela área de gestão de resíduos na cidade de Lisboa.

#### **João Ferrão**

Geógrafo, investigador aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, especialista em estudos urbanos, ordenamento do território e políticas de desenvolvimento local e regional. Foi docente no departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, consultor da OCDE, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades e Pró-Reitor da Universidade de Lisboa. É membro do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.



Pavilhão de Produtores. Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL).

➤ **Para compreender a RMPA é importante distinguir dois conceitos gêmeos como duas faces da mesma moeda – o Sistema Alimentar Metropolitano e a Metrópole Agroalimentar ou o urbanismo agro-ecológico**

Pensar o Sistema Alimentar Metropolitano implica a definição de uma estratégia alimentar com efeito no sistema de gestão territorial. Fazer a transição alimentar na metrópole implica um conjunto de ações promovidas essencialmente por agentes e cidadãos, não coincido exatamente com as iniciativas de planeamento que envolvem um contexto institucional mais dominante, independentemente de também pressuporem a participação cívica. Ambas as dimensões, podem e devem ser previstas na RMPA, já que o conceito fundacional da Rede pretende ser flexível e abrangente. Contudo, importa perceber que a ação para a transição alimentar deve estar alinhada com o planeamento, estando nessa articulação um dos aspetos que melhor diferencia esta iniciativa de outras que beneficiam da visão agroecológica e social, em detrimento da abordagem de planeamento alimentar estratégico.

Em termos de conceitos base para a implementação da RMPA, podemos identificar uma forte inspiração em Patrick Geddes e Ebenezer Howard, como autores pioneiros de dois importantes movimentos no final do século XIX. No primeiro caso, associado ao planeamento urbano regional, a partir do conceito de região natural, e no segundo caso, a ideia de cidade-jardim em que um aglomerado urbano era rodeado por uma cintura verde que desempenhava funções essenciais para assegurar a ligação entre o campo e a cidade: a função ecológica, alimentar, estética e recreativa.

Trata-se, pois, de revisitar esses conceitos e trazê-los para o século XXI. Há, contudo, três grandes diferenças: (i) o contexto histórico - no final do século XIX, quando os modelos pretendiam responder aos problemas causados por um rápido desenvolvimento industrial. Hoje temos os efeitos perversos do modelo de modernização que conduziu ao Antropoceno, em que estamos a discutir o futuro do planeta; (ii) o enquadramento político e institucional - a União Europeia dá-nos hoje um conjunto de orientações onde a transição alimentar está perfeitamente identificada na agenda política e de financiamento rumo a um futuro mais resiliente, sustentável e justo. Estamos, assim, perante um contexto de oportunidade muito motivador para a RMPA, o que implica uma responsabilidade de dele tirar partido para a ação; (iii) a abordagem - passamos do planeamento desenhado para abordagens de base territorial em que tudo é mais complicado (os 'multi...', os 'co...', o trabalho em rede, a complexidade institucional e de escalas) criando, simultaneamente oportunidades e dificuldades.

➤ **A necessidade de responder com urgência a problemas societais que desencadeiam uma motivação para a mudança, quase como uma estratégia de sobrevivência, e todo o quadro de complexidade institucional, obrigam à invenção de um novo ciclo orientado para a transição, um novo recomeço, um renascimento para fazer com que a transição aconteça**

É perante este contexto de crise e de emergência que precisamos de um esforço diferenciado, duplo e concertado para articularmos os dois conceitos referidos no ponto 1. Ou seja, uma coisa é territorializar a agenda alimentar, outra questão diferente é introduzir a questão alimentar na agenda urbana, pois inscrevem-se em agendas políticas diferentes. Precisamos de evitar desencontros entre as estratégias de planeamento alimentar em contexto metropolitano e a integração da RMPA nos instrumentos de gestão do território. Encontrar esse equilíbrio é identificar um elemento de intermediação, a que corresponde a Estrutura Ecológica Metropolitana.

A agenda alimentar e a agenda urbana em contexto metropolitano são autónomas embora partilhem princípios, algumas soluções e instrumentos. As primeiras são claramente citizen-driven e as segundas, ainda que devam ser participadas, são exercícios de planeamento alimentar que implicam uma integração adequada em instrumentos de gestão territorial.

O conceito de RMPA dá, pois, resposta às três questões gerais: urgência planetária, oportunidade institucional e complexidade operacional e ainda às duas agendas e agendas referidas - agenda alimentar e agenda de planeamento alimentar urbano, o que conduz a dois tipos de debate: um debate partilhado e um debate autónomo. O primeiro de carácter aberto, amplo e integrativo, e o segundo de natureza mais institucional, em torno dos instrumentos formais e vinculativos que enquadram, de modo a garantir segurança jurídica e a dar estabilidade no tempo a determinadas soluções. A RMPA deverá, assim, articular as suas peças constitutivas na Estrutura Ecológica Metropolitana, consagrando-a no Programa Regional de Ordenamento do Território da AML.



Áreas de produção. Vale do Lizando, Mafra.

A RMPA, quando analisada pela lente das políticas públicas e dos instrumentos de gestão territorial e de financiamento, encontra um enquadramento em todas as escalas e dimensões, de onde se compreende a sua relevância estratégica.

Uma parte da relevância estratégica da RMPA justifica-se, não só pelo sentido de emergência antes referido, mas porque ao nível dos cidadãos, há cada vez um desejo maior por consumos alimentares mais saudáveis e a reivindicação em relação ao abastecimento alimentar de proximidade.

Aspetos como a adaptação e mitigação às alterações climáticas, introduzindo resiliência no território através da descarbonização, da valorização do potencial produtivo, da conservação do solo, da água e da biodiversidade, e da qualificação da paisagem, dando valor ao capital natural, entroncam nesta posição da sociedade ao reconhecer a necessidade de fazer a transição alimentar acontecer.

Relativamente ao enquadramento formal nas políticas públicas, no caso do PNPOT a RMPA está totalmente alinhada, desde as mudanças críticas de ambiente e clima, uma maior cultura territorial e, em termos de princípios, desafios e diretrizes – gerir os recursos de forma sustentável, aumentar o metabolismo urbano e a cooperação urbano-rural, reforçar a conectividade ecológica, reforçar os deficits de cooperação territorial através da constituição de redes e de inovação na governança territorial.

O referencial territorial nacional pretende-se que seja o referencial de enquadramento do próximo ciclo de fundos comunitários, em que o PNPOT determina o desenho mais fino das necessidades de projetos integrados como a RMPA.

Ao nível do PROT em vigor, a Estrutura Ecológica Metropolitana inclui áreas agrícolas e florestais de produção e as áreas vitais que têm uma vocação para instalar parques agroalimentares. O novo PROT deverá enquadrar esta questão, mas o que se encontra em vigor já o permite.

Os PDM também têm um papel importante, apesar de nem sempre terem a dinâmica pretendida. Os novos PDM deverão dar maior atenção ao solo rústico. A sua revisão permite enquadrar a RMPA em termos de objetivos estratégicos, sendo a sua concretização mais ao nível da gestão. Devem reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal no âmbito municipal.

Em outros instrumentos de âmbito estratégico, como a Estratégia Lisboa 2030, que reúne um enorme capital relacional, tal como o Plano Regional de Adaptação Climática da AML, a RMPA deverá ser entendida como uma via de concretização destes instrumentos.

A RMPA poderá ainda corresponder a um modelo interessante para adaptação em outros territórios no país, onde a agricultura associada à floresta se constitui um aspeto fundamental para a agregação de atores e a coordenação intersetorial que acrescente economia e desenvolvimento numa nova agenda territorial.



Quinta da Várzea. Setúbal.

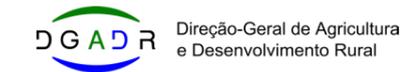


## 4. ENTIDADES FUNDADORAS DA REDE METROPOLITANA DE PARQUES AGROALIMENTARES

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ICS-ULisboa  
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo - CCDRLVT  
 Área Metropolitana de Lisboa - AML  
 Direção-Geral do Território - DGT  
 Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR  
 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo - DRAPLVT  
 Mercado Abastecedor da Região de Lisboa - MARL  
 Instituto Superior de Agronomia - ISA  
 Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV  
 Câmara Municipal de Almada  
 Câmara Municipal de Cascais  
 Câmara Municipal de Mafra  
 Câmara Municipal de Palmela  
 Câmara Municipal de Sesimbra  
 Câmara Municipal de Setúbal  
 Câmara Municipal de Sintra  
 Associação de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal - ADREPES  
 Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, A2S,  
 Associação Evoluir Oeiras  
 Cooperativa Rizoma



a. . .  
 . . m. área metropolitana de lisboa  
 . l. .



## REFERÊNCIAS

Benis, K. and Ferrão, P., 2017. *Potential mitigation of the environmental impacts of food systems through urban and peri-urban agriculture (UPA) – a life cycle assessment approach*. Journal of Cleaner Production, Vol 140, Part 2, pp 785-795. Elsevier.

Breuste, J., Artman, M. Loja, C., Quereshi, S., 2020. *Making green Cities: Concepts, Challenges and Practice*. Springer.

EC, 2019. *Pacto Ecológico Europeu*. COM [2019] 640 final. European Commission, Brussels.

Fanfani D., Mataran Ruiz A., (eds) 2020, *Bioregional Planning and Design: Volume I - Perspectives on a Transitional Century*. Cham (Suisse): Springer

Moragues-Faus, A., 2021. *The emergence of city food networks: Rescaling the impact of urban food policies*, *Food Policy*, Elsevier, vol. 103(C).

MUFPP, 2015. Milan Urban Food Policy Pact. [http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wpcontent/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action\\_PORT.pdf](http://www.milanurbanfoodpolicypact.org/wpcontent/uploads/2018/01/Milan-Urban-Food-Policy-Pact-and-Framework-for-Action_PORT.pdf)

Oliveira, R., 2021. *A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa*, Blog ATS, ICS-ULisboa, 16 abril. <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/2021/04/06/a-transicao-alimentar-na-area-metropolitana-de-lisboa/>

Oliveira, R., 2021. *A Paisagem Alimentar em tempos de crise*. In *Fronteiras da Arquitetura Paisagista. Para além da fronteira do plano e do projeto*. APAP.

Oliveira R., Amâncio S., Fadigas L. (Eds.), 2017. *Alfaces na avenida. Estratégias para (bem) alimentar a cidade*. 1.ª Edição. Lisboa: Universidade de Lisboa, Colégio Food, Farming and Forestry, [148 páginas] pp. ISBN: 978-989-99801-2-9.

Oliveira, R., Morgado, M.J., 2016. *Planning the Urban Food System of the Lisbon Metropolitan Area. A conceptual framework*. In: Roggema, R. (ed.) *Agriculture in an Urbanizing Society*, Chapter 1, Cambridge Scholars Publishing. ISBN: 978-1-4438-9474-6

Truninger, M., 2020. *Hábitos alimentares dos portugueses*. Ensaios da Fundação. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Yacamán Ochoa, C., Jiménez, D.F. and Mata Olmo, R., 2020. "Green Infrastructure Planning in Metropolitan Regions to Improve the Connectivity of Agricultural Landscapes and Food Security" *Land* 9, no. 11: 414. <https://doi.org/10.3390/land9110414>



## **A Rede de Parques Agroalimentares da Área Metropolitana**

**de Lisboa** surge da vontade de um conjunto vasto de atores que partilham a mesma motivação – fazer a transição alimentar através de uma visão estratégica do sistema alimentar de proximidade e da dinamização socioeconómica entre os territórios urbanos e rurais desta extraordinária metrópole, que abraça o estuário do Tejo e se debruça sobre o mar.

Em janeiro de 2022, vinte entidades desta Rede apresentam os seus princípios fundadores, conceito, visão e objetivos para a próxima década, rumo a uma cidade-região mais resiliente, saudável e justa. Este é apenas o fim do princípio, a forma de convidarmos todos a juntar-se e a participar ativamente nesta transformação incontornável que queremos fazer acontecer.